

EDITORIAL

O SINPOL mais uma vez provou que não foge à luta

O governador Cabral com sua política salarial perversa e falta de respeito aos servidores públicos, conseguiu fato inédito, – unir as três categorias da segurança pública do Estado – Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, que juntas, fizeram reuniões, manifestações públicas, passeatas, irmanadas na luta reivindicatória por salários dignos e respeito pelo trabalho que exercem.

Nem o conluio manipulatório da mídia e governos do Estado e da União, conseguiu encobrir o apoio da opinião pública aos valorosos profissionais expressa nas redes sociais, cartas, jornais e nos bate-papos informais entre as pessoas, nos botecos ou nas salas de aula.

A crise da segurança pública pode ser creditada em primeiro lugar ao governador que não convence quando fala no impacto na folha de pagamentos caso dê os aumentos reivindicados. O Rio é o segundo PIB do Brasil, recebe bilhões em royalties do petróleo, concede grandes somas às empreiteiras como a Delta, do amigo Cavendish, além das desonerações fiscais. Como não honrar salários decentes aos servidores públicos?

Também o governo federal tem parcela da culpa uma vez que engavetou a votação da PEC 300/446, contrariando o regimento da Câmara dos Deputados. Joga a responsabilidade para os governos estaduais, que por sua vez dizem não ter recursos para pagar o piso nacional a ser criado por lei federal em seis meses, com a aprovação da Emenda. Lançam mão de eufemismos, uma vez que a PEC sequer estipula valores. Neste jogo de empurra, empurra, quem mais perde são os profissionais da segurança pública e por extensão a sociedade, ante o clima gerado pela intransigência dos governos federal e estadual.

O SINPOL mais uma vez demonstrou que não foge à luta, honrando seu passado de mobilizações. Nasceu na greve de 1993, quando seu presidente respondeu a inquérito, ficando quatro anos sem salário e nem por isso se rendeu ou traiu a categoria. Nesta jornada, conquistou o respeito de todos, servindo como amálgama ao unir as diversas forças, possibilitando as manifestações e assembleias com o caminhão de som. O SINPOL tem a clareza que seu lado é junto aos policiais civis da ativa, dos aposentados e pensionistas.

Policiais aprovam contas do Sinpol

As contas do SINPOL foram aprovadas pelos associados em assembleia dia 25 de novembro de 2011 aceitando o parecer do Conselho Fiscal para o exercício financeiro de 2010, mais a previsão orçamentária para 2012. Já o balanço financeiro de 2011 será apreciado este ano.

JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua da Glória, nº 24, Glória - CEP 20241-180

Tel.: (21) 2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br

Site: www.sinpol.org.br

Diretor: Fernando Bandeira

Dir. de Comunicação: Gemerson Dias

Editor: Cláudio José - RG. MTE nº 31.381 — **Colaborou:** Maria Helena Santos e Bruno Maciel **Fotos:** Cláudio José e Internet **Editoração e Arte Final:** Fernando Teixeira — **Colaboração:** Todos os Policiais Civis do RJ — Tiragem: 10 mil exemplares

Manifestações que antecederam a greve histórica

No dia 12 de junho de 2011 (domingo), 50 mil pessoas participaram da passeata de apoio aos bombeiros, em Copacabana. Antes, ocorreram manifestações nas escadarias da ALERJ. Em todos os atos, a diretoria do SINPOL esteve solidária com a luta dos bombeiros. No dia 29/01, na praia de Copacabana, mais de 15 mil bombeiros, policiais militares e

civis caminharam na orla de Copacabana para mostrar à população e ao Governo, a insatisfação quanto aos salários e condições de trabalho nas três forças de segurança. Foi dado um prazo ao Governo para receber as lideranças até o dia 8 de fevereiro. Caso contrário, dia 9/02, em assembleia, seria decidida greve a partir de 10/02. No dia 09/01, na Assembleia Geral na Cinelândia, 10 mil decidiram pela greve de todos as categorias da Segurança pública. Dia 12/02, na praia de Copacabana, Fernando Bandeira declarou à imprensa e aos cerca de mil trabalhadores da Segurança Pública, que a atitude de um pequeno grupo que está tentando fundar outro sindicato – o

Sinpol, em suspender a greve, foi uma decisão unilateral do Inspetor Francisco Chao, sem sequer consultar a sua diretoria e a categoria. Se a greve foi decidida em assembleia, somente outra assembleia poderá suspender ou acabar com a greve. Muitos oradores na manifestação chamaram Chao de traidor disfarçado de líder sindical.



Policiais em assembleia na Cinelândia



Com faixas e caminhão de som o SINPOL liderou os policiais civis

Comodato vai ser anulado

Justiça proíbe ONG de receber dinheiro do Bola Preta

A 15ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça decidiu por unanimidade, manter a proibição de repasses de verbas públicas ao Centro Cultural Cordão da Bola Preta, conforme decisão anterior do relator desembargador Fernando Cerqueira Chagas. A sentença saiu dia 29 de novembro de 2011 e segundo o advogado Murilo Matuch, não há possibilidade de mais recurso na Justiça Estadual.

A ação foi movida por três sócios do Bloco Carnavalesco, depois que a prefeitura anunciou a liberação de R\$ 2,3 milhões para reformar o imóvel cedido ao Centro Cultural, que pertence a RioTrilhos. Os cinco magistrados acataram as alegações do relator de “perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao erário público”. Outro pedido na ação refere-se à anulação do contrato de comodato que irá a julgamento nos próximos dias.



Futura sede do SINPOL

Rio Trilhos negou exibir contrato de comodato

Os desembargadores ficaram surpresos pelo fato da RioTrilhos se negar a exibir o processo administrativo sobre a cessão do imóvel da Rua da Relação nº 3, ao Centro Cultural Bola Preta – entidade criada para receber financiamento público – já que o tradicional Cordão está sendo usado e endividado. Em 2004, o SINPOL pediu autorização e ocupou o imóvel que estava abandonado pelo Estado, gastando R\$ 600 mil em obras de restauração e

construção da sua sede. Sócios proprietários e membros do conselho fiscal do tradicional bloco se juntaram ao Sindicato e apontaram as irregularidades, na Delegacia de Defraudações.

Tramita ainda na Justiça, em segunda instância, a ação do SINPOL de 2008, cobrando da RioTrilhos a obrigação de fazer o comodato com o Sindicato, autorizado pelo Governo em 2006. Segundo os advogados, com a anulação do comodato com o Centro Cultural Bola Preta, a RioTrilhos terá que fazer o contrato com o SINPOL.

Tv Globo e o Globo mostraram ingerência de Júlio Lopes no bloco

No dia 18 de outubro de 2011 o jornal “O Globo” publicou na pág. 23 a matéria, “MP instaura inquérito para investigar Júlio Lopes por suposta improbidade”, relatando que foi aberto inquérito civil pelo promotor Rogério Pacheco, da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do MP. O promotor levou em conta denúncia do Sindicato dos Policiais Civis - SINPOL do uso político da sede durante a campanha eleitoral do agora secretário Júlio Lopes. O Sindicato encaminhou um dossiê com fotos revelando que a sede estava com o SINPOL

e atualmente é ocupada pela Ong que leva o nome de Bola Preta,

A TV GLOBO em três edições mostrou que o secretário estadual de Transportes é acusado pelo Sindicato dos Policiais Civis de ter usado a mesma sede para pedir votos na campanha eleitoral de 2010. Saiu no RJTV 1º EDIÇÃO - 18/10/2011; RJTV 2º EDIÇÃO - 18/10/2011; E BOM DIA RIO - 19/10/2011. (Veja no site: www.sinpol.org.br).

Estado abre concurso de inspetor e esquece investigadores concursados

O Estado está abrindo concurso de Inspetor de Polícia de 6ª classe, oferecendo 600 vagas, o que é muito bom para todos os policiais em face do efetivo reduzido na PCERJ. No entanto, o concurso de Investigador em 2005 teve as provas anuladas e feitas novamente. O Ministério Público solicitou na Justiça sua anulação, entretanto, por questão política do governador Sérgio Cabral, ainda aguardam sua nomeação e posse. Graças ao se-

tor jurídico do SINPOL, que garantiu judicialmente a validade do concurso como também a ampliação das vagas, dos pouco mais de mil aprovados, os primeiros 250 (vagas prevista no Edital) e 150 excedentes já foram empossados e estão trabalhando. A Justiça já determinou que todos os aprovados sejam nomeados e o Governo continua descumprindo a decisão judicial, o que é lamentável.

Academia forma mais 73 novos comissários de polícia

Dia 16 de dezembro de 2011 se formou a 10ª turma de comissários, na Acadepol (Academia de Polícia Silvio Terra), com 73 alunos, 80 horas de aulas e 21 matérias, com ênfase nas investigações e atualizações de leis como Maria da Penha e de Drogas, assim como os Códigos, Penal e de Processo Penal.

O SINPOL visitou a turma e conversou com alguns policiais: O comissário José Gonçalves Dias, lotado na Draco, disse que o curso e os professores são ótimos. “Os novos conhecimentos adquiridos vão me ajudar no cotidiano da delegacia”, ressaltou Dias que começou a carreira como APJ (Agente de Polícia Judiciária). José Dias, que está para se aposentar, disse que “a criação do cargo de comissário irá coroar de êxito sua carreira de 37 anos na Polícia Civil”.

O SINPOL já encaminhou ao governo e à Alerj proposta para que seja criado o cargo de Comissário – como era no antigo Estado da Guanabara – para serem usados pelos atuais ocupantes da classe de Comissários, que sejam bacharéis em Direito.

Alunos do curso de comissários têm aulas de legislação



CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL UNE POLICIAIS

Cerca de 200 policiais civis participaram da confraternização de Natal, dia 9 de dezembro na Associação Cristã dos Moços – ACM, Lapa. Além do farto café da manhã com muitas iguarias, foram sorteados 25 brindes. Também prestigiaram o evento representantes da União dos Comissários e da Associação dos Investigadores.

Fernando Bandeira, presidente do SINPOL, ressaltou a importância dos policiais estarem unidos para pressionar a secretaria de Gestão e Planejamento a pagar a Gratificação Especial de Atividade - Geat aos 950 associados do Sindicato:



Cerca de 200 policiais confraternizaram o fim de ano com-SINPOL

Diretor do SINPOL homenageia Oscar Niemeyer

Gemerson Dias, diretor de comunicação do SINPOL, fotógrafo com vários prêmios nacionais e internacionais, participou da exposição “Diversidade de Olhares” dia 6 de dezembro de 2011, no Espaço Cultural do Banco Central. Focalizou em suas fotos, a Lapa, moradores do Centro, o mar, o corcovado, mostrando numa das mais inspiradas, o Cristo de perfil com a favela da Coroa embaixo. O ponto alto da mostra foi a homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer com o título “Curvas de Niemeyer uma Homenagem ao Gênio da Arquitetura Mulher Brasileira”.



Exposição em homenagem a Niemeyer produzida pelo Diretor de Comunicação do SINPOL



Presidente Fernando Bandeira entrega cesta de natal aos-associados

aposentados, pensionistas e ativos de férias ou licença no período de maio de 2001 a junho de 2002. O governo perdeu em todas as instâncias e continua desrespeitando a decisão judicial que manda pagar a gratificação.

Associado desde 1996, o comissário Fernando Mazzei participou pela primeira vez da confraternização. Elogiou a iniciativa por favorecer “a troca de informações em favor das causas da categoria”. Foi um dos sorteados com um jogo de baixelas. Todos os policiais inscritos levaram para casa cestas de natal.

Justiça manda Estado pagar Geat a 950 aposentados e pensionistas

A Juíza da 9ª Vara de Fazenda Pública, Dra. Gisele Guida de Faria determinou no dia 19 de dezembro de 2011, que a Procuradoria do Estado fosse citada para efetuar o pagamento de todos os associados – aposentados e pensionistas – relacionados na planilha apresentada pelo Sindicato.

“O Estado perdeu em todas as instâncias e não tem mais como recorrer ou procrastinar. Nos últimos doze meses, 37 policiais aposentados morreram sem receber a gratificação. Por mês, morrem três aposentados que estão na relação que o Sindicato enviou à Justiça para receber a Geat” afirmou Fernando Bandeira, presidente

do SINPOL. Segundo o advogado do Sindicato, José Luzardo dos Santos, a execução hoje totaliza a importância de cerca de R\$ 21 milhões.

Os valores a serem pagos serão por categoria funcional, atualizados pela Ufir. Exemplo: Engenheiro policial, médico policial, perito criminal e perito legista receberão R\$ 28.837,88;

os comissários, inspetores, papiloscopistas, perito auxiliar e piloto policial, R\$ 20.598,48. As categorias funcionais que receberão menos são: auxiliar de necropsia policial, auxiliar de enfermagem policial, investigador policial e técnico policial de necropsia no valor de R\$ 12.359,16.

Memória da Polícia preservada em prédio histórico



Tanto a fachada quanto o interior do prédio estão sendo restaurados

O Museu da Polícia Civil passa por uma grande reforma. Fez 100 anos dia 15 de janeiro, mas a importante data não pode ser comemorada com a solenidade devida, em consequência das obras de restauro que estão previstas para terminar em agosto deste ano. Segundo informou o diretor do museu, delegado Cyro Advincula da Silva, a recuperação da fachada do prédio histórico da Polícia Central, de 1912, está bem adiantada. No interior estão sendo feitas em ritmo acelerado a restauração dos portões, portas e esquadrias das janelas. “No final do ano visitei as oficinas de restauração no interior do prédio e pude constatar o cuidado que os técnicos e operários têm com nosso patrimônio cultural”, disse Cyro Advincula.

– Desmontadas, as peças são totalmente reparadas para serem remontadas, evidenciando a beleza e o requinte originais. Já está assegurada a reposição de todos os vidros em conformidade com o padrão adotado em 1912 – contou o diretor do museu.



Todo o prédio histórico está sendo reformado

Centro cultural com café e livraria

Depois de pronto estão previstos o funcionamento de uma reserva técnica com laboratório para restauração e um centro cultural com café, livraria e espaço para exposições de artes e fotografias. Entre outras peças, vai despertar

atenção do visitante o acervo de identificação de 1906, as insígnias e distintivos dos policiais, espada da guarda urbana de 1866, armaria da polícia no início do século: pistolas de 1920, 1930 e documentos relativos ao primeiro crime po-

lítico da República, quando a Polícia Civil apurou o assassinato do 1º ministro do imperador Pedro II. Investigado pelo 5º Distrito o criminoso foi preso e condenado mesmo sendo oficial da cavalaria do Exército.

Punições Geográficas:

SINPOL não aceita “Delegados Virtuais”

O SINPOL reagiu à publicação da matéria “*Dentro da lei e, no entanto, fora da vizinhança*”, no jornal “Extra”, dia 30 de outubro de 2011, considerando ser absurdo a Chefia de Polícia permitir que delegados apliquem “punições geográficas” em agentes que exigem o cumprimento da Lei. Nos registros em que a presença do delegado é obrigatória, não pode uma simples “Recomendação” da Corregedoria Interna, publicada no BI de 5 de

outubro, ser mais importante do que o Código de Processo Penal.

Em 2008 um agente foi punido na 73ª DP (Neves) porque lavrou um termo circunstanciado, em razão de o delegado não estar presente na hora da ocorrência. Assim que essa recomendação foi dada, Bandeira declarou ao jornal que “não pode ter delegado virtual. A presença do delegado é indispensável em qualquer situação que dê início a uma investigação”

Policiais aprovam construção de greve nacional

Dia 10 de fevereiro (no primeiro dia de greve dos policiais no Rio), foi realizada em Brasília, reunião na Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis – Cobrapol, com as entidades filiadas para aprovar a proposta de construção de uma greve nacional dos policiais civis dia 16 de abril, a ser referendada em assembleias estaduais nas respectivas bases.

No encontro foi discutida a pauta de reivindicações da categoria, que luta pela aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, que estabelece um plano de cargos



Dirigentes sindicais aprovam greve nacional

unificado nacionalmente, a regulamentação do direito à greve e a carreira única, além da aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs)

446/300, que instituem o piso nacional para policiais civis, militares e bombeiros.

O SINPOL foi representado pelos diretores Gerner Dias e Geraldo Ferreira.

Passeata “Cumpra-se a lei” uniu entidades da polícia

O SINPOL participou da passeata “Cumpra-se a Lei” portando as principais faixas e painéis, junto com as demais entidades da polícia civil no dia 29 de setembro de 2011 – dia do Policial Civil – para reivindicar melhores condições de trabalho e salário. O Sindicato ajudou na convocação da categoria através de carro de som, outdoors, faixas, panfletos, jornal e redes sociais, tendo gastado mais de 40 mil reais.



Passeata da Operação Cumpra-se a Lei com a participação da Nova Central



SINPOL garantiu a divulgação da operação cumpra-se a lei com outdoors espalhados pela cidade

Usando camisetas com a frase “Cumpra-se a lei”, cerca de 400 agentes percorreram as principais ruas do Centro do Rio, passando pela OAB, Ministério Público e Alerj onde foi entregue um documento explicando os motivos da manifestação, entre eles o baixo efetivo, a dedicação exclusiva e o pior salário do Brasil.

As entidades se uniram para fortalecer as reivindicações, com seus associados e dirigentes. A Nova Central esteve presente com dezenas de sindicalistas.

Policiais reclamam: “Estado é mal empregador”

Ouvidos pelo SINPOL policiais falam dos problemas que os atingem. Gratificações, salário baixo, discriminação, parcelamento e muitas associações são as principais mazelas.

O inspetor Luiz Cardoso, lotado na Chefia de Polícia, disse que ficar sem reajuste este ano é um absurdo. “A solução seria o retorno do escalonamento vertical, atrelando nossos vencimentos aos delegados, como era quando entrei na polícia há 26 anos. Como detetive de 3ª eu recebia 45% do delegado. E se eles tivessem aumento

nós também teríamos”, enfatizou Luiz Cardoso. Segundo ele, a redução das parcelas do último reajuste para 24 ou 12 vezes, seria uma forma de compensar a falta de aumento salarial este ano.

“O Estado é um mal empregador. Ao me aposentar me dará uma ajuda de custo, pois ficarei sem as gratificações. Manipulo digitais de cadáveres e recebo de insalubridade apenas R\$ 33 p/mês. Na iniciativa privada chega a ser 30%, 40% sobre o salário. É uma pena, um Estado rico, com uma Copa Mundial e Olimpíadas pela frente pagar

tão mal, oferecendo um futuro medíocre para o policial civil”. Este desabafo é do papiloscopista Maurício Barbosa, do Instituto Félix Pacheco

Henrique Ornelas, também do IFP, disse que o problema da falta de salário digno vem de longa data. “O governo privilegia os delegados e manda-os controlarem os agentes insatisfeitos. As gratificações são uma ilusão, um engodo sob a fachada de melhorar o vencimento. A volta do escalonamento atrelado ao delegado seria uma saída honrosa para elevar a auto-estima do policial” concluiu Ornelas.

Polícia: um navio afundando

Não espero mais nada! A polícia é um navio afundando e salve-se quem puder. A categoria é fraca com muitas associações / sindicatos e desunida. Quem está bem, não se mexe pra nada, e quando há manifestações não se reúne mais que 100 pessoas em frente à Chefia. A opinião é do comissário Reinaldo, lotado no Museu da Polícia Civil.

“Sem estímulo, sem perspectiva, sem salário. Este é o quadro atual do policial civil no Rio. Não adianta ter as UPPs como carro-chefe de governo sem incluir nesses projetos a valorização do material humano”. A declaração é da inspetora Kate Obrelli, da 19ª DP, acrescentando que as gratificações e prêmios dividem a polícia. Os policiais de uma área na Zona Oeste onde os crimes aumentam, dificilmente re-

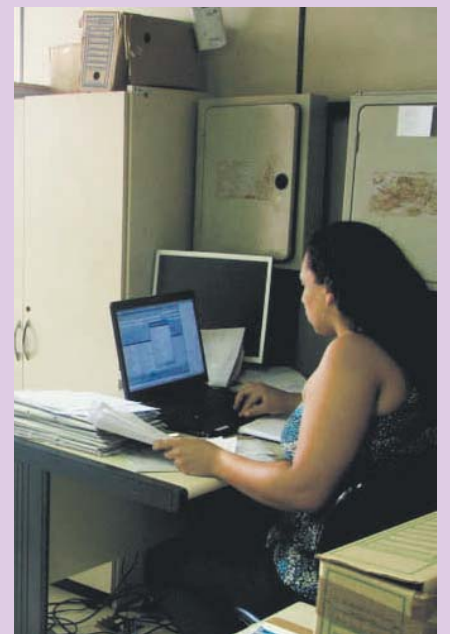


inspetora Kate Obrelli (D) critica as inúmeras gratificações que o Estado paga

ceberão a premiação de R\$ 1.900 que os colegas do Centro ou Zona Sul ganharão por reduzir a criminalidade no semestre.

É da mesma opinião o oficial de cartório Rodolfo Bitencourt. Segundo ele, tem mais chance de receber prêmio por produtividade aquele que trabalha em área pacificada. “Lamentavelmente, a redução das parcelas foi prometida e não cumprida pelo secretário”, ressaltou Rodolfo.

A oficial de cartório, Aline Quintanilha, também da 19ª DP (Tijuca) fez coro às críticas das inúmeras gratificações que o Estado paga. Quando tirei nove meses de licença maternidade o governo cortou minha gratificação de R\$ 850,00 de Delegacia Legal e o auxílio alimentação, disse indignada.



A Oficial de cartório Aline Quintanilha reclama do corte das gratificações na licença maternidade

Muitas associações e sindicatos favorecem o governo

O comissário Nestor Silva, 33 anos na polícia, ressaltou que a quantidade de associações e sindicatos é outro problema que afeta a categoria. “Cada um corre atrás de seus problemas e interesses, deixando o coletivo de lado. A classe pobre vive de assistencialismo e nós vivemos de promessas. Não temos hospital e plano de saúde e o esvaziamento da polícia só aumenta. Quem entra logo quer sair para algo

melhor. O que mais vemos por aqui é pedido de exoneração”, disse o policial lotado no Departamento Geral de Administração (DEGAF).

Rosângela Cabral, do Departamento de Telecomunicações, acredita que as inúmeras gratificações são uma forma de o governo dividir a categoria e enfraquecer a luta reivindicatória. É uma discriminação contra o policial, na mesma função, uns receberem mais outros menos. Já Bruno Le-

mos, oficial de cartório da 18ª DP (Pç da Bandeira) disse que foi “bicado” da 81ª DP (Itaipu) porque participou da operação padrão “Cumpra-se a Lei”. “O problema não é só de investimentos salariais e sim de infraestrutura. Aqui na capital temos um pouco de estrutura, mas o interior está abandonado. Pretendo sair da polícia carioca para outro estado que pague melhor”, disse o jovem policial que fará concurso para delegado.



Oficial de cartório Bruno Lemos (E) reclama de punições geográficas ao SINPOL

Rio já foi o maior salário do país. Agora, gratificações dividem a categoria

Foi no início do primeiro governo de Leonel Brizola (PDT) que os policiais civis conseguiram o melhor salário do Brasil. Policiais de vários estados e até da Polícia Federal vinham fazer concurso no Rio.

Eleito deputado estadual em 1982, Fernando Bandeira depois de colaborar na fundação da Coligação dos Policiais em 1979, com mais de 7 mil associados, elaborou um projeto com a ajuda dos dirigentes das entidades, conseguindo com o governador Brizola transformá-lo em Mensagem. Na ALERJ, mesmo com a resistência dos delegados, foi aprovada e transformada na Lei 699/83, vigorando a partir de janeiro de 1984. Todos os policiais tiveram seus vencimentos vinculados aos delegados. Um

inspetor, escrivão ou papiloscopista passou a receber 60% do salário do delegado de 1º. O perito, 80%. Até o Auxiliar de Necropsia tinha seu salário vinculado ao do delegado.

Os governos seguintes tiraram os delegados como referência colocando os peritos e criaram gratificações que somente os da ativa recebiam; Marcelo Alencar criou a chamada gratificação “faroeste” por decreto, derrubada por lei, mas os beneficiados ganharam sua manutenção na Justiça; Garotinho criou a gratificação de Delegacia Legal, a de redução do índice de criminalidade (R\$ 500,00 reais cada) e também a GEAT (R\$ 250,00 a R\$ 550,00), incorporada para os delegados, policiais militares e bombeiros, ficando de fora os policiais civis; Benedita da Silva, retirou a

gratificação da redução de criminalidade alegando falta de recursos; Rosinha manteve a de Delegacia Legal, aumentada por Sérgio Cabral, no segundo mandato, para R\$ 850,00. Outras gratificações foram para a Core e o Bope R\$ 1.500, 00; para a qualificação, de R\$ 350, 00; para o Batalhão de Choque, R\$ 1.000, e ainda bônus de desempenho a cada semestre de até R\$ 9.000.

O Sindicato luta contra as gratificações porque só quem está na ativa, nos locais de trabalho e nas condições exigidas, recebem. Os aposentados, entre outros, ficam de fora. Os policiais civis defendem um vencimento vinculado ao delegado, como era a Lei 699.

Missa lembra memória de policiais na Igreja Santa Rita

Amigos e familiares da oficial de cartório ex-associada do SINPOL, Ludmila Maria Fernandes, assassinada em 4 de agosto de 2006, em Piabetá, e do inspetor André Luiz de Queiroz Lima, morto em serviço num acidente de trânsito, em Caxias, compareceram à missa de 5 e 4 anos respectivamente, na Igreja Santa Rita, no Centro. O culto foi celebrado pelo monsenhor Elias Volpe que conclamou os fiéis a pregarem a Paz e a solidariedade com amor em Cristo para enfrentar a violência dos grandes centros urbanos. A mãe de Ludmila, Zoraide Vidal e a filha Gláucia, se emocionaram durante a missa.

Burocracia impede pagamento de Seguro de Vida

Até hoje, passados 4 anos da morte do inspetor de polícia, André Luiz Queiroz de Lima, a viúva, Simone Oliveira, ainda não recebeu o seguro de vida, em razão de o Estado estar continuamente pedindo novos documentos, impedindo a liberação do benefício o que a obrigou a recorrer à Justiça.



Missa de Ludmila Maria Fernandes

Simone criticou o Estado que nunca investiu num hospital próprio com emergência para atender os policiais civis. No HPM, ao contrário, o marido André foi muito bem assistido pelos médicos e enfermeiros.

Mulheres de Bombeiros e PMs grevistas denunciam prisões ilegais



As mulheres e mães dos bombeiros, Policiais Militares e Civis participaram de todas as etapas da luta travada por eles, por melhores salários e condições de vida. No ato do dia 12 de fevereiro, em Copacabana, no caminhão de som do SINPOL, denunciaram as muitas irregularidades cometidas pelo governo do Estado e Judiciário, principalmente a prisão arbitrária dos líderes da greve no presídio de segurança máxima (Bangu 1). Segundo Cristiane, esposa do cabo bombeiro Benevenuto Daciolo, o Estado Democrático de Direito deixou de existir no Rio com a prisão política de seu marido e dos demais policiais militares e bombeiros. (Veja o vídeo com o depoimento de Cristiane no site www.sinpol.org.br).

Servidor poderá escolher em que banco irá receber

Desde o dia 26 de setembro de 2011, 460 mil servidores do Estado estavam abrindo novas contas no Bradesco, em razão de o governo estadual ter cancelado o contrato com o Banco Itaú, substituindo-o pelo Bradesco, que assumiria o pagamento dos benefícios em 2012. Participaram da primeira etapa, 108 mil servidores de 41 municípios. No entanto, após inúmeras reclamações, o Banco Central informou que os servidores públicos poderão escolher o banco pelo qual desejam receber seus salários, baseado na chamada portabilidade bancária, que funciona para os trabalhadores da iniciativa privada desde 2009.

Segundo o chefe do Departamento de Normas do Banco Central, Sérgio Odilon, a portabilidade permite ao trabalhador escolher a instituição que lhe oferece o menor preço com o melhor serviço. De acordo com ele, o interessado deve fazer o pedido por escrito, como forma de provar que a solicitação foi feita. Em seguida o banco terá um prazo de cinco dias para atender o pedido. Depois, a transferência do pagamento deve ser feita no mesmo dia em que é depositado. A solicitação deve ser feita uma única vez e o banco não pode cobrar taxa por esse serviço.

Assistência funeral garantida ao servidor

A Companhia Federal Vida e Previdência renovou o contrato com a PCERJ. Todos os serviços como sepultamento, urna, locação de sepultura, serviços cartorários, registro de óbito, liberação e remoção de corpos ficará a cargo da seguradora. Nesses casos a família deverá acionar diretamente a Cia. De Seguros através do Tel. 0800-7722916 que atende 24h. O servidor poderá acessar a Intrapol no tópico “ÓRGÃOS – CCFC – Contratos em Vigor PCERJ”, na página 11, localizando o Contrato Prestação Serviço Funeral.

Policiais querem Plano de Saúde

Improvizado na Acadepol atendimento médico não satisfaz

Com o fechamento do Hospital da Polícia Civil na Praça Mauá, em abril de 2010, os policiais e seus dependentes passaram a ser atendidos em salas improvisadas da Acadepol. A Policlínica do Estácio anunciada em 24 de junho de 2010 pelo ex-subchefe de polícia Waldeck Monteiro, ainda não saiu do papel.

Representantes do SINPOL estiveram na Academia e conversaram com alguns aposentados e pensionistas sobre o atendimento precário. O aposentado Paulo Moreira, que passou 34 anos na polícia, disse que os médicos que atendem na Acadepol são atenciosos e não há filas como nos hospitais públicos. “Mas na farmácia nem sempre encontramos os remédios de que precisamos”. O inspetor aposentado Carlos Lobato, 63 anos, ressaltou indignado que na Academia o atendimento é muito precário. “O governo se omite. Não faz nada para melhorar a saúde do policial civil”.

“Há quase dois anos foi prometido um novo hospital e até agora nada”, questionou Bandeira, presidente do SINPOL. Segundo ele os policiais



O policial aposentado reclama do espaço improvisado para atendimento

do interior continuarão sem atendimento médico, pois não poderão fazer grandes deslocamentos para consultas na capital. “Por isso, o melhor é que o ESTADO pague um plano de saúde a todos os policiais civis” finalizou. Essa reivindicação já foi entregue ao secretário Beltrame.

Câmara aprova aposentadoria integral por invalidez para servidor

Por unanimidade, a Câmara dos Deputados aprovou dia 14/12/2011, em primeiro turno, a emenda constitucional que concede aposentadoria integral aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente, independentemente da causa. O segundo turno deverá ser votado neste ano. De acordo com o texto, a União, Estados e municípios terão 180 dias para revisar o valor das aposentadorias. A emenda foi votada para consertar uma “distorção” aprovada com a Reforma da Previdência de 2003.

SINPOL EM AÇÃO

Em 2011, foram atendidos e resolvidos 140 casos de associados: 15 na área de família, 14 na área Cível, 38 de Juizados Especiais Cíveis (Direito do Consumidor), 8 sobre redução de aposentadorias por invalidez, 8 de Juizados Especiais Fazendários

Esposa de associado recebe R\$ 2 mil de shopping

Cecília Gomes Escarlante, esposa e dependente do associado Valter Escarlante, procurou o SINPOL para ingressar com uma ação de danos morais contra o Shopping Tijuca. Ela caiu de uma das cadeiras da praça de alimentação enquanto es-

(férias e licenças prêmios vencidas, transformadas em dinheiro), 6 de recebimento de pecúlio, 3 na área trabalhista (em fase final) e 48 de pensionistas que tiveram seus benefícios atualizados, e agora aguardam os atrasados, através de precatórios.

tava lanchando e ao reclamar à administração do shopping, não recebeu a devida atenção. Em face da omissão, o Shopping Tijuca foi condenado judicialmente a pagar à importância de R\$ 2.000,00 a título de danos morais.

Policial absolvido pela Justiça

O inspetor Heine Olímpio da Silva foi defendido pelo SINPOL e absolvido pela Justiça no processo que respondeu por danos morais e materiais envolvendo duas menores num atropelamento. A família de uma delas ingressou com uma ação con-

tra o associado, mas perdeu. A defesa conseguiu provar que o acidente ocorreu por imprudência das menores. Em dezembro de 2011, o Juízo da 1ª Vara Cível do Fórum Regional da Pavuna, julgou o caso improcedente dando razão ao policial.

SINPOL NA JUSTIÇA

Férias e licença prêmio serão pagas

O Juizado Especial da Fazenda Pública tem sido favorável às diversas ações do SINPOL que obteve 100% de vitória na luta pelo pagamento de férias e licenças prêmios não gozadas pelos policiais civis. Os associados de posse da certidão do período de férias ou licença prêmio não gozadas, expedida pela Divisão de Recursos Humanos - Serviço de Registros Funcionais Especial podem ingressar junto ao Juizado, e obter em pecúnia (dinheiro) todos estes períodos, em curto espaço de tempo, uma vez que se trata de Juizado.

Está à disposição do associado do SINPOL, o modelo de petição para requerer a Certidão de Férias não Gozadas. De posse do documento, o servidor deve procurar o Departamento Jurídico do Sindicato, de segunda a sexta feira, das 9h às 17h, na rua da Glória, nº 24 e ingressar com ação na Justiça para receber os pagamentos devidos. Mais informações no tel: 2224-9571

Veja abaixo a tabela comparativa, que uma vez aplicada no salário mínimo regional ao menor salário da Policial Civil, vai significar um aumento de 34,99%. (Trabalho elaborado pelo diretor do Sinpol Gemerson Dias)

Tabela Comparativa				
	CLASSES	INDICES	ATUAL 02/2012	Valores corrigidos base Novo SM Regional RJ (709,88)
Perito Legista e Perito Criminal	1ª	1.250	1.195,12	1.613,37
Perito Legista e Perito Criminal	2ª	1.100	1.051,71	1.419,77
Perito Legista e Perito Criminal	3ª	1.000	956,10	1.290,70
Engº Pol. Telecomunicações	sing.	1.250	1.195,12	1.613,37
Piloto Policial	sing.	1.250	1.195,12	1.613,37
Papiloscopista Policial	1ª	1000	956,10	1.290,70
Papiloscopista Policial	2ª	880	761,15	1.135,82
Papiloscopista Policial	3ª	830	717,91	1.071,28
COMISSÁRIO DE POLICIA Inspetor, Oficial Cartorio	1ª	1000	956,10	1.290,70
Inspetor de Polícia e Oficial de Cartório Policial	2ª	880		1.135,82
Inspetor de Polícia e Oficial de Cartório Policial	3ª	830	717,91	1.071,28
Inspetor de Polícia e Oficial de Cartório Policial	4ª	750	717,07	968,02
Inspetor de Polícia e Oficial de Cartório Policial	5ª	730	697,95	942,21
Inspetor de Polícia e Oficial de Cartório Policial	6ª	710	678,83	916,40
Investigador Policial	1ª	780	745,75	1006,75
Investigador Policial	2ª	730	631,41	942,21
Investigador Policial	3ª	710	614,11	916,40
Técnico Policial de Necropsia	1ª	780	674,66	1006,75
Técnico Policial de Necropsia	2ª	700	669,27	903,49
Técnico Policial de Necropsia	3ª	650	621,46	838,95
Auxiliar Policial de Necropsia	1ª	630	602,34	813,14
Auxiliar Policial de Necropsia	2ª	580	554,53	748,60
Auxiliar Policial de Necropsia	3ª	550	525,85	709,88

Convênios e Descontos

O SINPOL oferece descontos através de convênios. Os interessados devem comparecer ao Sindicato para pegar encaminhamento – Rua da Glória, 24, tel. 2224-9571

Colégio e

Curso Tamandaré:

Os filhos dos associados têm direito a 30% de desconto da 4ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. O mesmo abatimento para o curso pré-vestibular e preparatórios para escolas militares, técnicas, CAP da UERJ e UFRJ. Válido para as unidades do Centro e do Méier.

Faculdade e

Colégio Simonsen:

Desconto entre 50% e 70% nas mensalidades de vários cursos de 3º Grau.

Academia do

Concurso Público:

Descontos de 20% nos cursos preparatórios para concursos. Informações adicionais no Tel: 2224-9571.

Oftalmologista:

Nas consultas com oftalmologista 30% de desconto. Os exames são realizados no Centro do Rio e em Niterói.

ACM:

50% de desconto em várias atividades como natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, entre outras atividades.

Escritório

Matuch Advogados

Associados:

Atendimento aos associados perante a Administração Pública do Estado e na área criminal.

Atendimento dentário:

Em consultórios Centro, Largo do Machado, Zona Oeste e Recreio dos Bandeirantes.

Cidade da Polícia: Obras atrasadas

A Comissão de Segurança Pública da Alerj constatou na visita feita à Cidade da Polícia em novembro de 2011, que somente 56% das obras foram feitas. Localizada entre as favelas de Manguinhos e Jacarézinho, a Cidade da Polícia concentrará todo o sistema informatizado do programa Delegacia Legal e das delegacias especializadas. Há mais de um ano o secretário Beltrame havia prometido a conclusão das obras para outubro de 2011.

Para o SINPOL, a idéia de ter um pólo de Segurança Pública abri-

gando 16 delegacias especializadas, centro de treinamento com stand de tiros, defesa pessoal e cofres para armazenagem de produtos apreendidos, melhoram

muito as condições de trabalho do policial. “Hoje não temos um stand de tiros. O do Caju foi fechado por falta de segurança depois que um ônibus da

Acadepol com alunos, foi atingindo por tiros na proximidade da favela. Como as obras estão atrasadas, acredita-se que a Cidade da Polícia fique pronta no segundo semestre de 2012”, disse Bandeira, presidente do SINPOL.

A Cidade da Polícia deveria ser inaugurada em novembro de 2011



Parte da Cidade da Polícia está na fase inicial das obras



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: 2224-9571

IMPRESSO